UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GABRIELLA ALVARES GUIMARÃES SILVA

PARA ALÉM DAS CICATRIZES: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO CATALISADORA DO COMPORTAMENTO AUTOLESIVO EM MULHERES

GOIÂNIA
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Gabriella Alvares Guimarães Silva

Título do trabalho: Para além das cicatrizes: a violência de gênero como catalisadora do comportamento autolesivo em mulheres

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Leda Mendes Pinheiro Gimbo**, **Professora do Magistério Superior**, em 09/02/2024, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Gabriella Alvares Guimaraes Silva**, **Discente**, em 09/02/2024, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4375616** e o código CRC **2DAACDDF**.

GABRIELLA ALVARES GUIMARÃES SILVA

PARA ALÉM DAS CICATRIZES: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO COMO CATALISADORA DO COMPORTAMENTO AUTOLESIVO EM MULHERES

Trabalho apresentado a Universidade Federal de Goiás – UFG, Campus Natal Colemar e Silva, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Profª. Dra. Leda Mendes Gimbo

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Gabriella Alvares Guimarães
Para além das cicatrizes: a violência de gênero como catalisadora do comportamento autolesivo em mulheres [manuscrito] / Gabriella Alvares Guimarães Silva. - 2024.
XLIV, 44 f.

Orientador: Profa. Dra. Leda Mendes Pinheiro Gimbo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Psicologia, Goiânia, 2024.
Bibliografia.

1. Gênero. 2. Violência. 3. Autolesão. 4. Mulher. 5. Gestalt terapia. I. Gimbo, Leda Mendes Pinheiro, orient. II. Título.

CDU 159.9

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) sete dia(s) do mês de fevereiro do ano de 2024 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Para além das cicatrizes: a violência de gênero como catalisadora do comportamento autolesivo em mulheres", de autoria de Gabriella Alvares Guimarães Silva, do curso de Psicologia do(a) Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Dra. Leda Mendes Pinheiro Gimbo - FE com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Dra. Celana Cardoso Andrade. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Leda Mendes Pinheiro Gimbo**, **Professora do Magistério Superior**, em 07/02/2024, às 20:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Celana Cardoso Andrade**, **Professor do Magistério Superior**, em 07/02/2024, às 21:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

Documento assinado eletronicamente por **Gabriella Alvares Guimaraes Silva**, **Discente**, em 09/02/2024, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4370993** e o código CRC **AA5B0C2B**.

Referência: Processo nº 23070.006503/2024-46 SEI nº 4370993

Dedico este trabalho a todas as mulheres
que lutam diariamente pelo direito de existir.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, Terezinha e Domício, que me ampararam e me guiaram desde que nasci e que dispuseram todo seu amor e cuidado para que eu pudesse realizar meus sonhos.

Ao meu irmão, Gabriel, por ser um exemplo de perseverança e gentileza.

Ao amor da minha vida, Marcos, que me faz ver o melhor de mim e que me agracia com seu amor e ternura todos os dias.

Aos meus sogros, Viviane e João, que me acolheram em sua família cheia de amor e carinho.

À minha avó de coração, Ivone, que não está mais entre nós, mas que pôde me honrar com sua sabedoria e carinho e que me arrancou boas gargalhadas com suas histórias.

Aos meus queridos amigos, que tornam minha jornada mais leve e bela.

À minha mestra e orientadora, Leda Gimbo, por ser uma inspiração de pessoa e nos presentear com sua humildade e atenção.

À minha supervisora de estágio e mestra, Celana Cardoso, por me guiar de forma fabulosa pelas experiências da clínica e por me dar segurança para que eu pudesse me apoderar do meu lugar enquanto psicóloga.

Aos meus gatos, Fushi e Shikamaru, que me alegram com sua companhia e amizade.

"Não aceito mais as coisas que não posso mudar,

estou mudando as coisas que não posso aceitar."

- Angela Davis.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender como a autolesão não suicida em mulheres pode ser uma reflexão da violência de gênero. A partir de revisões bibliográficas, buscou-se entender de que modo a violência de gênero é construída e perpetuada de forma histórico-sócio-cultural e no que isso afeta a saúde mental das mulheres. Com base nos estudos de gênero, foi possível compreender como a categoria mulher foi criada e como, ao longo da história, os ideais femininos foram introjetados de forma violenta, normatizando, assim, o que significa ser mulher. De forma estruturada, além de interromper a vivência autêntica das mulheres, esse tipo de controle sobre corpos abre espaço para várias outras formas de violência, ocasionando, assim, sofrimento e deslegimitimação da existência. Além disso, a partir das teorizações da Gestalt-terapia, buscou-se entender de que forma as funções do *self* se comportam em uma situação de violência e, por conseguinte, como a autolesão é um reflexo de uma situação de *misery*.

Palavras-chave: Gênero; Violência; Autolesão; Mulher; Gestalt-terapia

ABSTRACT

This work aims to understand how non-suicidal self-injury in women can be a reflection of gender-based violence. Through literature reviews, efforts were made to comprehend how gender-based violence is constructed and perpetuated in a historical, sociocultural context and how it affects women's mental health. Drawing on gender studies, it became possible to understand how the category of woman was created and how, throughout history, feminine ideals were violently internalized, thus normalizing what it means to be a woman. Structurally, in addition to disrupting authentic women's experiences, this type of control over bodies paves the way for various other forms of violence, resulting in suffering and delegitimization of existence. Furthermore, based on Gestalt therapy theorizations, attempts were made to understand how self-functions behave in a violent situation and, consequently, how self-harm is a reflection of a state of misery.

Key-words: Gender; Violence; Self-injury; Women; Gestalt-therapy

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO 13

2.1 O conceito de gênero e suas discussões 13

2.2 A violência como forma de controle 16

3 OS PROCESSOS PSICOLÓGICOS DA AUTOLESÃO A PARTIR DA TEORIA DO *SELF* 23

3.1 Os pressupostos filosóficos da Gestalt-terapia 23

3.2 Aspectos gerais da Teoria do *Self* 27

3.3 A (des)organização do *self* em uma situação de violência 29

4 AUTOLESÃO COMO REFLEXO DE UMA SITUAÇÃO DE *MISERY* 33

4.1 *Misery*: O sofrimento de quem não pode existir 33

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 40

6 REFERÊNCIAS 42

1 INTRODUÇÃO

A história das mulheres é marcada por lutas e nos conta como todo um sistema foi construído para oprimi-las e moldá-las à sua forma. Os primeiros movimentos feministas, com seu início no século XIX, já versavam sobre dois direitos fundamentais que as mulheres não possuíam: voto e trabalho. Além disso, a célebre frase de Simone de Beauvoir "não se nasce mulher, torna-se" (BEAUVOIR, 1980, p. 09) tomou várias formas ao longo dos anos: como a mulher deve se portar, se vestir, como cuidar da casa, como e quantos filhos ter, como trabalhar, o que falar e não falar, são infinitas as formas de ser mulher que foram criadas e impostas ao longo da história e que, nos dias de hoje, ainda perduram.

Por conseguinte, a "mulher" é uma construção social, construção essa que advém de um mundo dominado por homens e construído para eles, sendo assim

> Nós fomos forçadas em nossos corpos e em nossas mentes a corresponder, sob todos os aspectos, à ideia de natureza que foi determinada para nós. De tal forma distorcida, que nosso corpo deformado é o que chamam de "natural", o que deve existir como tal diante da opressão. De tal forma distorcida, que no fim a opressão parece ser uma consequência dessa "natureza" dentro de nós (uma natureza que é apenas uma ideia) (WITTIG, 2019, p. 83).

Diante desse contexto, as mulheres são levadas a performar, desde crianças, ideais que passam a ser parte delas como um introjeto, como se assumissem o papel de um personagem para uma peça. Ser moldada dessa forma, desde tenra idade, causa sofrimento e adoecimento, de modo que, quando confrontada a incompatibilidade do que se é com o que se foi criado para ser, alternativas são buscadas para aliviar tais opressões. Uma dessas alternativas, cujo este trabalho visa discutir é a autolesão. O conceito de autolesão abordado é o de autolesão sem intenção suicida, que, de acordo com a Cartilha de Prevenção da Automutilação e do Suicídio do Ministério da Saúde, "refere-se à lesão direta e deliberada do próprio corpo sem intenção de morrer" (BRASIL, 2020, p.16).

Nesse sentido, as autolesões provocadas não possuem necessariamente a intenção de morte, mas de comunicar algo que as mulheres não conseguem externar para o meio. Essa tentativa frustrada se deve a toda uma história de repressão meticulosamente construída: desde a infância, sua criação é feita para que seja submissa ao pai, ao irmão, ao marido, ao chefe, ao médico, é ditado o que pode ou não ser falado, vestido, performado, sentido e, ao mínimo desvio dessas métricas, os nomes mais grotescos passam a definir essas mulheres. Ainda, essa criação

imagética de “mulher” é feita a partir do binarismo[1], ou seja, da naturalização da divisão entre homem e mulher em que, para cada um, é atribuído um papel social: para o homem, a liberdade de explorar o mundo com sua força “natural”, dominar as ciências, mandar e desmandar a seu bel-prazer; para a mulher, servir às necessidades desse homem, ter o corpo capturado pelas normas conservadoras e performar, tal qual em um filme, um roteiro de como se deve ser.

Sendo assim, ao passar por tudo isso, como sair ilesa? As marcas da opressão se tornam tão presentes que passam a se manifestar no corpo. De acordo com Fukumitsu (2017), “podemos pensar que o comportamento autolesivo pode ser visto como uma “válvula de escape” ou escoamento para que a pessoa expresse seus sentimentos inóspitos, como tristeza, raiva e decepção” (FRAZÃO; FUKUMITSU, 2017, p. 56). Dito isso, tem-se como hipótese que, por terem que seguir um determinado modo de ser no mundo, as mulheres não podem expressar seus sentimentos inóspitos e são levadas a dar vazão para o sofrimento por meio da autolesão.

É por esse viés que este trabalho buscará investigar o comportamento autolesivo em mulheres sob uma perspectiva psicológica e social. Para tal, os estudos de gênero e violência se fazem essenciais, uma vez que, é por meio deles que podemos versar sobre as nuances e especificidades do sofrimento da mulher advindo de uma construção social. Além disso, este trabalho buscará, a partir da Gestalt-terapia, explorar as características psicológicas de um sujeito submetido à violência de gênero e como a autolesão é um caminho possível para se conseguir dizer algo que foi interditado. Nesse sentido, a partir do conceito de *misery*, será possível explanar como as imposições do meio interropem as experiências autênticas das mulheres e como a autolesão é um caminho possível para dar vazão aos desalentos causados pelas múltiplas violências provadas.

---

[1] O binarismo diz respeito a ideia de que só é possível a existência de homem e mulher e que cada um possui papéis determinados na sociedade. Sendo assim, ‘A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e “fêmea”. A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”’ (BUTLER, J. 2003, p. 38).

2 A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

2.1 O conceito de gênero e suas discussões

Este trabalho possui como objetivo apontar a relação entre a violência de gênero e os comportamentos autolesivos em mulheres. Para tal, faz-se necessário uma breve contextualização do que será tratado aqui como gênero e, posteriormente, como as construções sociais acerca desse conceito culminam em opressão. Em primeiro momento, o olhar será debruçado para o conceito de gênero e suas nuances, em razão de que, desde sua gênese, este conceito tem sido feito e refeito bem como gerado importantes debates.

As questões de gênero começaram a ser discutidas antes mesmo do próprio termo ser criado, as primeiras feministas já discutiam a naturalização dos papeis das mulheres e a desigualdade de direitos civis e, na década de 20, importantes avanços foram feitos nessas áreas. A partir dessas conquistas e discussões, uma ponderação importante e basilar passa a ser feita: "Se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?" (PISCITELLI, 2002, p. 02). Sendo assim, entende-se que tal subordinação não só foi construída como perpetuada, ao longo da história, por ideários masculinos e que estes, por sua vez, investiriam todas as suas forças para mantê-los.

Por conseguinte, a partir dos movimentos feministas, "mulheres" passa a ser um coletivo político, uma classe estabelecida para lutar contra a naturalização e subordinação criadas pelos mesmos que forjaram a ideia do que é ser mulher. Após isso, especialmente a partir da década de 60, os movimentos feministas começam a apresentar pensamentos diversos no que diz respeito às raízes da opressão e como combatê-las. A reprodução adquire um papel central nas discussões de gênero, visto que, ao longo de décadas, a mulher foi reduzida a um corpo que gera filhos e daí viria todo seu papel social, "o corpo aparece, assim, como o centro de onde emana e para onde convergem opressão social e desigualdade" (PISCITELLI, 2002, p. 04).

Desse modo, para que esses debates fossem possíveis e tão logo se desse uma "definição" do que viria a ser gênero, questionou-se qual era a representação (ou não representação) da mulher na sociedade, representação esta que foi produzida e expelida para reprodução, por exemplo, a mulher da década de 60 era representada como a cuidadora do lar, dos filhos e mantenedora da qualidade de vida do marido. Esse discurso pairava sobre o imaginário coletivo de forma bruta: propagandas, igrejas, médicos, políticos e várias outras instituições trabalhavam para afirmar essa posição. De acordo com Butler (2003) "as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida" (BUTLER, 2003, p. 18), ou

seja, para que essa imagem de mulher fosse propalada, os critérios de ser precisam ser atendidos e é exatamente isso que tais instituições se certificavam (e ainda se certificam) que fosse feito.

Mesmo que as discussões de gênero tenham se originado entre mulheres feministas, este conceito hoje atende outros âmbitos do ser e é facilmente confundido (ou propositalmente) com o conceito biológico de sexo. Daí faz-se a importância em distinguir os dois conceitos, uma vez que sexo biológico é tido como imutável e ditador de futuro e o gênero é tomado aqui como construção social. Fato é que, o sexo biológico é extrapolado para o âmbito social e dita os papéis que devem ser exercidos, logo, um corpo com vagina é feminino e deve expressar feminilidade que é atribuída à mulher, um corpo com pênis é masculino e deve expressar masculinidade que é atribuída ao homem. Essa concepção vem sendo utilizada pelas camadas mais conservadoras e muitas vezes é usada como argumento para invalidar e anular a existência do outro, em outras palavras, é usada para basear condutas preconceituosas. Desse modo

> Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2003, p. 24).

Logo, quando utilizado o termo “gênero” no presente trabalho, este refere-se a um amplo fenômeno de construção, desconstrução e reconstrução cultural advinda da performatividade do que é ser mulher e não do sexo biológico. É válido ressaltar que esse significado cultural que o gênero assume diz de uma série de normas estabelecidas antes mesmo do corpo se apropriar delas, ou seja, esse corpo irá reproduzir algo já construído culturalmente. Nesse sentido, é coerente o seguinte questionamento, feito por Butler (2003):

> [...] a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2003, p. 26).

De fato, ao olhar dessa maneira, o corpo aparece como algo passivo que apenas recebe as normas já criadas e reproduzidas pela cultura, entretanto, a abordagem aqui passa pela noção de que esse sujeito não somente se apropria daquilo culturalmente construído como também age e transforma, modificando, assim, o que seria algo preestabelecido. Por conseguinte, falar de gênero implica falar em contexto, ou seja, compreender de que cultura se fala, como foi/é construída, em que espaço, quem participou/participa, daí talvez a grande dificuldade em se

teorizar sobre tal conceito. Desse modo, é muito comum que o termo “gênero” seja confundido com o termo “mulher”, entretanto, os estudos de gênero surgem justamente para superar a naturalização de um mito, uma criatura criada por homens cuja correspondência com a realidade é forçada.

Além disso, é relevante ressaltar que alguns enfoques feministas trabalham com a ideia de matriarcado e de divisão natural entre homens e mulheres, entretanto

> o matriarcado não é menos heterossexual do que o patriarcado, só o gênero do opressor é que muda. Além disso, tal concepção está ainda aprisionada nas categorias de gênero (mulher e homem), mas se prende à ideia de que a capacidade de parir (biologia), é o que define uma mulher (WITTIG, 2019, p. 84).

Sendo assim, no debate dos estudos de gênero, é imprescindível o cuidado para não se utilizar das lentes do binarismo e da heterossexualidade para se discutir as violências de gênero ou mesmo o próprio conceito, uma vez que estas fazem parte do mito criado pelo opressor. A separação binária, tida como natural, é o que reforça a posição em que a mulher “deve” estar, e essa posição é tão sedimentada que o próprio nome “mulher” é carregado de todos esses significados criados como forma de controle e dominação. Nesse ínterim,

> Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordante, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (SCOTT, 1995, p. 93).

Diante dessa inegável gama de possibilidades e discussões acerca de gênero, é preciso atentar-se que não se trata apenas de um conceito ou uma categoria, mas também de pessoas, de histórias e sentidos em uma determinada época, falar de gênero também implica em falar da opressão existente e que, por sua vez, foi originária dessa discussão.

Por conseguinte, a noção de gênero que se faz presente neste trabalho e que se alinha de forma mais coerente é a de que o gênero é uma produção a partir das normas culturais e que qualquer corpo pode performar as noções de feminilidade e masculinidade, pode também transitar e rejeitar tais noções. Nesse sentido, a abordagem da autolesão em mulheres nesta produção diz respeito àqueles corpos que performam as normas culturais, seja passivamente ou ativamente, do que é ser mulher.

2.2 A violência como forma de controle

A violência se faz presente na história desde os primórdios do ser humano, entretanto, em dado momento, ela passa a ser instrumento de controle e delimita muito bem os objetos da repressão. Falar sobre violência têm sido um desafio para as áreas de estudo uma vez que se trata de um fenômeno multifatorial, que apresenta cada vez mais faces e formas e, em cada cultura, pode adquirir um caráter diferente. Nesse sentindo,

> malgrado as diferenças, certos aspectos da violência são percebidos da mesma maneira, nas várias culturas e sociedades, formando o fundo comum contra o qual os valores éticos são erguidos. Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhe danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a auto-agressão ou a agressão aos outros (CHAUÍ, 2000 p. 432).

Dessa forma, a violência adquire um caráter de anulação da existência do outro e, para que esse outro possa "viver" é preciso que se adeque aos termos colocados pela dominância. A violência passa a ser ferramenta de manutenção do Estado e, ao longo da história, este escolhe seus alvos a dedo decidindo quem vive e quem morre e, se vive, em quais condições se pode viver. Tais condições são ditadas desde as primeiras fases do desenvolvimento humano e, por mais que não pareça, já são formas de violência, nesse sentido,

> Desde a infância, quando possuímos mais horizonte de futuro do que inscrição num fundo de hábitos assimilados como respostas disponíveis às novidades do mundo, somos ameaçados; desde quando possuímos mais possibilidades criativas e desejos honestos do que inscrições e compreensão do que socialmente esperam de nós, somos socializados para alienar nossas possibilidades criativas e livres em prol dos papéis sociais tão instituídos e naturalizados que já alienaram os que vieram antes de nós (GIMBO, 2021, p. 36).

As questões de violência que cercam o "ser mulher" também se iniciam na infância e, seguem alienando e moldando mulheres há séculos. Em 1845, Nísia Floresta, uma das primeiras educadoras feministas no Brasil, escrevia no livro "Conselhos a minha filha" que versa sobre as dificuldades de ser mulher e trilhar o caminho das ciências:

> Se procuro abrir e facilitar para você o caminho das ciências, se me esforço para que você tenha uma educação, que entre nós, é negada ao nosso sexo, é, sem dúvida, na esperança de que você, tendo acesso às saudáveis lições da sabedoria, procure dar ao seu espírito o realce das virtudes que o enobrecem, pois é o único caminho para torná-lo digno da estima e dos respeitos da sociedade. E como não pretendo dar à sua alma apenas uma leve ideia da ciência, que, dizem alguns, não ser necessária à mulher, eu

> não temo que a vaidade, vício desprezível que, geralmente, se atribui ao nosso sexo, infeccione o seu coração (FLORESTA, 2023, p. 21).

Nesse trecho, é perceptível algo básico que foi negado às mulheres por muito tempo: a educação. Ainda é possível ver que Nísia aponta a atribuição da vaidade, no sentido negativo, como característica da mulher. Sendo assim, a violência de gênero já era desenhada no Brasil em suas várias facetas, o que segue até os dias vigentes. A fomentação dessa violência que Nísia já citava há dois séculos, resulta em várias formas de escape produzidas pelas mulheres, uma delas, foco deste trabalho, é a autolesão.

De tal modo, um breve olhar histórico contribui para entendermos como foram construídos, ao longo dos anos, os motivos do sofrimento feminino na atualidade. Na pré-história, a mulher era vista como um mistério, de certa maneira, os homens as temiam por desconhecer seu funcionamento e atribuir a geração de vida aos deuses. Já na Idade Média, sob forte influência da Igreja, as mulheres assumiram um papel de submissão e, as que ousassem não o seguir, eram condenadas. As mulheres que buscavam ou detinham algum tipo de conhecimento eram demonizadas, o que nos leva a um dos maiores feminicídios da história conhecido como Caça às Bruxas. As justificativas para tal ato, se é que algo assim pode ser justificado, é que, as mulheres perseguidas e condenadas eram vistas "como fracassos sociais (mulheres "desonradas"ou frustradas no amor) ou até mesmo como pervertidas que se divertiam zombando dos seus perseguidores masculinos com suas fantasias sexuais"(FEDERICI, 2004, p. 291).

A verdade é que essas mulheres eram geralmente camponesas que detinham algum conhecimento sobre plantas e ervas, parteiras, viúvas que mendigavam de casa em casa, mulheres "sábias demais" para a época e seus acusadores geralmente eram homens poderosos e "religiosos". Esses detalhes da história, que permaneceram ocultos até os primeiros movimentos feministas, foram excluídos por historiadores que preferiram abordar a temática diabólica e herege da Caça às Bruxas. De fato, as Bruxas não foram a primeira tentativa de demonização da mulher, basta voltarmos a história de Adão em que Eva representa a destruição e corrupção do homem e do mundo ou então na mitologia grega em que o suicídio de Ájax é atribuído à deusa Atena.

Na Modernidade, a mulher passa a ser inferior, os estudos do corpo mostram que, biologicamente, a mulher é inferior, sendo assim, seus deveres são ligados às tarefas domésticas e de reprodução. Além disso, o caráter frágil e dócil é aplicado ao seu modo de ser em vista da submissão ao homem, de tal forma que os próprios pensadores da época reafirmavam essa ideia:

> Toda a educação da mulher deve ser relacionada ao homem. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educá-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, torna-lhes a vida útil e agradável - são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância" (ROUSSEAU, 1762, p. 433).

Essa é uma das várias afirmações de Rousseau, filósofo amplamente estudado nas escolas, no livro Emílio ou Da Educação, que reafirmava que, além da doçura e sensibilidade, tudo deveria ser feito para e pelo homem.

Foi a partir dos movimentos feministas, mesmo que ainda não denominados dessa forma, que a representação do que é ser mulher passou a ser questionada e a luta por direitos passa a ser estabelecida. Ainda assim, o zeitgeist dos séculos XIX e XX, especificamente americano, era de uma mulher que iniciava a vida conjugal cada vez mais cedo, submetida a pressão para aumentar o número de filhos, cuidar do lar e ser o ideal estético:

> [...] "Se tenho apenas uma vida quero ser loura", gritava em anúncios de jornais, revistas e cartazes uma foto ampliada de mulher bonita e esguia. E de ponta a ponta dos Estados Unidos, três em cada dez mulheres tingiram o cabelo de louro e substituíram a alimentação por um pó chamado Metrecal, a fim de reduzirem-se às medidas das jovens modelos. Vendedores das grandes lojas revelaram que desde 1939 o manequim da mulher americana diminuíra três ou quatro pontos. "As mulheres adaptam-se às roupas e não vice-versa", dizia um vendedor (FRIEDAN, 1971, p. 19).

Esse trecho do livro Mística Feminina (1971) de Betty Friedan, denuncia o contexto social criado, cuja mulher deveria se encaixar, além de cuidar da casa, dos filhos e do marido, ainda havia as características certas que o corpo deveria performar para atender ao feminino ideal, mesmo que isso prejudicasse sua saúde. As poucas mulheres que trabalhavam, o faziam para auxiliar os projetos dos filhos e do marido e àquelas que almejavam estudar ou seguir carreira eram atravessadas pelo "sonho americano".

Como vivenciar tudo isso e não sentir que há algo de errado? É o que essas mulheres começaram a perceber ao se encontrar e compartilhar umas com as outras suas inquietações, daí faz sentido o nome que Friedan atribui ao capítulo: "O problema sem nome", essas mulheres não percebiam isso como um problema, tampouco conseguiam nomeá-lo (FRIEDAN, 1971).

Se pensarmos ainda na situação da mulher negra dessa época nos deparamos com outra questão, uma vez que as introjeções sociais supracitadas, em sua maioria, eram endereçadas a mulheres brancas: a mulher negra vivenciava o apagamento de quem se era pelo trabalho forçado e convivia com as marcas da escravidão. De acordo com Angela Davis,

> [...] as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz

> um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório (DAVIS, 2016, p. 24).

Daí a importância de pensarmos o sofrimento feminino de forma interseccional, pois só assim é possível a tentativa de compreensão e mudança. Ainda visando o controle do corpo feminino, no século XIX, a medicina da mulher estava atrelada a seu papel reprodutor, o médico assume um papel de "educador e guardião da moral e dos bons costumes" (VIEIRA, 2002, p. 22). Nesse sentido, a sexualidade é fundida com a reprodução e, não bastante a união de duas coisas completamente diferentes, o cuidado com a saúde do corpo feminino não era o objetivo e sim a disciplinarização deste. Além disso, o corpo feminino é apropriado como um objeto e as intervenções nesse corpo acontecem como forma de controle,

> Ehrenreich & English (1973) assinalam que o poder da medicina de transformar eventos fisiológicos em doenças representa uma das mais poderosas fontes da ideologia sexista na nossa cultura. A 'doentificação' desse corpo apresenta-se como fruto de uma medicalização que trata a gravidez e a menopausa como doença, transforma a menstruação em um distúrbio crônico e o parto em um evento cirúrgico (VIEIRA, 2022, p. 24).

Essa doentificação ainda pode ser constatada atualmente, quantas mulheres deixam de ser contratadas porque podem engravidar, quantas mulheres tem seus sofrimentos sociais ligados ao fato de estar na menopausa ou na TPM, quantas mulheres sofrem violência médica no momento do parto. Em muitos casos, a medicina é sinônimo de aversão no trato do corpo da mulher, ainda violentado até mesmo nos espaços hospitalares.

Dito isso, em tempos presentes, temos movimentos feministas bem engajados, interseccionais e ativos. É certo que hoje as mulheres podem trabalhar, votar, estudar e buscar aquilo que anos atrás não era possível, o que não quer dizer que as coisas estejam resolvidas. Ainda existe uma enorme pressão em "como ser mulher", os ideários de uma mulher dócil e domesticada ainda existem e, além disso, essa mulher agora precisa ser multitarefas: trabalhar, cuidar da família (muitas vezes como mãe solo), cuidar do marido (ainda sob um ideal de família tradicional) e atender aos padrões estéticos que se tornam cada vez mais presentes devido ao desenvolvimento da tecnologia.

Pensando nisso, quais são os lugares onde essas mulheres têm apoio? Elas podem falar sobre isso em seu meio social? Elas reconhecem que passam por essas situações? Na maioria das vezes, as respostas para essas perguntas são negativas e um dos meios de extravasar tais introjeções é através da autolesão, tópico que será tratado mais a frente.

O feminismo com seus movimentos, discussões e escritos conseguiu desvencilhar as mulheres da mítica feminina doméstica, entretanto, ao passo que muitas conquistas foram angariadas outros entraves foram sendo criados para manter essa mulher sob algum controle. Um deles, que ainda perdura, é a ideologia da beleza que encontrou meios de afetar e controlar os aspectos físicos e psicológicos das mulheres, uma ideologia que

> [...] se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem mais realizar. Ela procura neste instante destruir psicologicamente e às ocultas tudo de positivo que o feminismo proporcionou às mulheres material e publicamente (WOLF, 1992, p. 13).

Desse modo, com as evoluções tecnológicas a partir da Revolução Industrial, tornou-se mais fácil disseminar a imagem do padrão de beleza, fotografias e cartazes de beldades da época começaram a circular, filmes produzidos com suas "queridinhas" que adentravam cada vez mais do imaginário popular e, pouco a pouco, o controle do corpo feminino é restabelecido, controle esse criado pelos desejos e apelos sexuais de homens. Esse tipo de coerção molda e dita como uma mulher precisa ser para figurar como objeto de desejo, não atoa que há pouco tempo no Brasil, via-se (e ainda é possível encontrar) nos bares inúmeros cartazes de cerveja com mulheres esteticamente encaixadas em um padrão ou então propagandas televisivas em que essas mulheres servem cerveja aos homens. É nítido que esse tipo de propaganda é feita por e para homens e que a mulher está ali como um símbolo sexual, além de propagar a estética ideal para ser desejada.

Em tempos presentes, não é necessário ir muito longe para entender como isso se impregnou na sociedade, com apenas alguns cliques no celular, é possível acessar uma quantidade estrondosa de perfis voltados para questões estéticas e, entre um perfil e outro, vê-se propagandas milagrosas de dietas que se pode fazer para alcançar o "corpo perfeito". Uma pesquisa da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS), feita em 2020, aponta que foram realizadas 1.306.962 cirurgias estéticas no Brasil, sendo a lipoaspiração o procedimento mais requisitado entre as mulheres (FONTANIVE, 2023), além disso, o Instagram foi a rede social mais utilizada para divulgação desse tipo de procedimento. Não à toa, o Instagram é a rede onde as pessoas compartilham seu ideal de "vida perfeita" e para combinar com isso, é preciso que se tenha o "corpo perfeito", logo, não há melhor e mais acessível lugar para divulgar tais procedimentos. Nesse sentido, além de multitarefas, a mulher precisa estar bela e, caso ela se esqueça disso, as propagandas ou os perfis na internet vão lembrá-la disso. Naomi Wolf (1992) cita Lucy Stone em uma fala que cabe perfeitamente nos dias atuais: "Significa muito pouco

para mim ter o direito ao voto, a possuir propriedades etc, se eu não puder ter o pleno direito sobre o meu corpo e seus usos" (WOLF, 1992, p. 14 apud STONE, 1855).

Pois bem, pode-se dizer que hoje a mulher possui pleno direito sobre seu corpo? Tende-se a afirmar que não. Quantas mulheres tem receio de engravidar pois o corpo irá mudar, quantas mulheres deixam de usar certa roupa por medo de sofrer assédio ou de não corresponder a um ideal social e cultural, quantos lugares não são visitados pois se não for na companhia de um homem ela será taxada de adjetivos cruéis, quantos sonhos foram deixados para trás porque "isso não é coisa de mulher". As páginas seriam poucas caso quisesse registrar aqui o quão pouco nosso corpo é realmente nosso.

A violência de gênero não nasce do dia pra noite, ela é construída, incentivada, validada e fomentada pelas instituições. O Laboratório de Estudos de Feminicídios da Universidade Estadual de Londrina publicou um boletim apresentando que no primeiro semestre de 2023, foram registrados 1.153 feminicídios no Brasil, de modo que 805 foram consumados e 348 foram tentativas, além disso, 70% dos casos foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros (LESFEM, 2023). Com esses dados, pode-se perceber que, mesmo estando dentro de um ambiente familiar idealizado como padrão pela sociedade, os seus próprios parceiros tornam-se seus algozes, para além, mesmo dissolvendo o relacionamento, os parceiros perseguem e atentam contra a vida dessas mulheres. Esse tipo de ação advém do controle que o homem necessita manter sobre uma mulher, uma vez que ele é encorajado a isso há séculos. Sendo assim, a mulher não é dona do próprio corpo e nem da própria vida.

Nesse sentido, as questões que cerceiam o sofrimento feminino não são somente as citadas e estão longe de serem totalmente contempladas nesse capítulo, apesar disso, cabe evocar aqui a questão do cuidado que é atribuído a mulher de forma histórica. Desde que se entendeu que a mulher era a responsável pela geração e concepção de uma criança, incumbiu-se a ela qualquer tarefa que envolvia cuidado: cuidado com os filhos, com o marido, com outros familiares, cuidado de doentes, e, claro, com as tarefas domésticas. As áreas de trabalho relacionado a qualquer tipo de cuidado são predominantemente femininas, até mesmo na educação vê-se muito mais professoras, em especial nas séries iniciais. "Naturalizado, rotineiro, repetitivo, o cuidado do outro atribuído às mulheres se distancia de qualquer teleologia e aparece como uma causalidade que se impõe sobre a forma de uma tolerância avessa à práxis humana[...]" (GUEDES; DAROS, 2009, p. 126).

Diante desse pavoroso contexto e das várias formas em que a violência contra as mulheres se desenha, é impossível se apossar das experiências e vivências de forma saudável. Ao ter toda uma existência programada e ditada, viver passa a ser sinônimo de sofrimento e boa

parte dessa vida se faz tentando encontrar saídas e alternativas. É diante de todas essas questões e mais outras que não foram citadas que a hipótese deste trabalho repousa: a violência de gênero provoca sofrimento e interdita o sujeito, como, então, lidar com tal questão se o meio externo não é receptivo em relação a esse sofrimento? Nesse sentido, as frustrações, as raivas, os traumas são dirigidos ao corpo, de forma específica, por meio da autolesão. A autolesão tem sido observada predominantemente em mulheres como forma de lidar com os desprazeres e é justamente os aspectos psicológicos dessa dinâmica que serão explorados no próximo capítulo a partir da Teoria do *Self* em Gestalt-terapia.

3 OS PROCESSOS PSICOLÓGICOS DA AUTOLESÃO A PARTIR DA TEORIA DO *SELF*

A partir da visão geral dos conceitos de gênero e de como se constrói a violência de gênero na vida das mulheres, é possível, então, lançar um olhar para o comportamento autolesivo catalisado pelas violências sofridas e para os impactos psicológicos causados. Para cumprir tal objetivo, será utilizada aqui as teorizações da Gestalt-terapia, especificamente da Teoria do *Self*, que possui produções no campo da autolesão e parte de uma visão interacionista organismo/ambiente importante para a discussão dos impactos e implicações psicológicas do comportamento autolesivo. Para tal, antes de aprofundar na psicologia da autolesão, é relevante apontar os princípios e bases da Gestalt-terapia para que uma compreensão clara e cuidadosa possa ser feita acerca do tema principal.

3.1 Os pressupostos filosóficos da Gestalt-terapia

A Gestalt-terapia surge na década de 50 com a publicação do livro "*Gestalt Therapy: excitement and growth in the human personality"* (1951) de Fritz Perls, Paul Goodman e Ralph Hefferline. Entretanto, os estudos em Gestalt já vinham anos antes e vale destacar o imprescindível trabalho de Laura Perls, que, junto a Fritz, publicou o livro "*Ego, fome e agressão"* (1942), que já indicava elementos da Gestalt-terapia. A Gestalt-terapia possui como pressupostos filosóficos a fenomenologia, o existencialismo e o humanismo, os quais serão brevemente abordados a seguir.

Buscar entender a fenomenologia é uma atividade de natureza epistemológica de grande magnitude e deve-se ter cuidado para não ser reducionista ou enviesada. Nesse sentido, compreender como a fenomenologia influencia na metodologia da Gestalt é um empreendimento que deve ser entendido em sentido amplo e crítico. A definição mais imediata de fenomenologia pode ser colocada da seguinte maneira:

> De acordo com Joel Martins, fenomenologia é, neste século, um nome que se dá a um movimento cujo objetivo precípuo é a investigação direta e a descrição de fenômenos que são experienciados conscientemente, sem teorias sobre a sua explicação causal e tão livre quanto possível, de pressupostos e de preconceitos (BICUDO, 1994, p.15).

Nesse sentido definidor, podemos destacar como atributo mais importante da fenomenologia a explicação imediata dos fenômenos que se apresentam à consciência, de forma que

essa explicação seja a mais livre possível de preconceitos. Em outras palavras, o pensar fenomenológico, visto dessa maneira, propõe um retorno à realidade em si mesma, na busca pelo conhecimento daquilo que é essencial ao fenômeno que se apresenta à consciência (BORIS, MELO & MOREIRA, 2017).

A origem dessa epistemologia remonta a crise epistemológica das ciências humanas européias da segunda metade do século XIX. Indiscutivelmente, foi Husserl que lançou as bases de forma mais sólida e que sistematizou a fenomenologia como uma epistemologia rigorosa, quando "se encantou com as ideias de Brentano e partiu para a construção de uma tentativa de fundamentação das ciências, colocando em questão seus pressupostos, objetos de estudo e metodologias" (REHFELD, 2013, p. 12). Embora Husserl seja o fenomenólogo pai-fundador, é importante destacar que a fenomenologia enquanto método foi se reconstruindo e produzindo novas ideias contemporâneas. Apesar de sempre ter existido críticos anti-fenomenológicos, filósofos ou não, foi dentro da própria fenomenologia que várias questões sérias são levantadas, como a seguinte:

> A incapacidade da fenomenologia transcendental de Husserl de resolver o problema da intersubjetividade. Os trabalhos de Max Scheler, Adolf Reinach, Wilhelm Schapp, Martin Heidegger, Karl Lowithm, Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty e Paul Ricouer testemunham essa preocupação (STRASSER, 1972, p. XI).

Dessa maneira, outras vertentes fenomenológicas, além da transcendental de Husserl, surgiram, como a existencialista de Jean-Paul Sartre, a Fenomenologia Hermenêutica de Heidegger e até mesmo uma Fenomenologia Dialógica como de Stawarska. Evidentemente, essa pluralidade de fenomenologias tem impacto nas construções teóricas da Gestalt-terapia. Em vista disso, as categorias filosóficas produzidas também são plurais e impactam a Gestalt-terapia de diversas maneiras.

Em Husserl, as primeiras categorias de análises já começam a ser construídas como: redução fenomenológica ou epoché, intencionalidade da consciência, noesis e noema, entre outros. Os conceitos são inúmeros e filosoficamente complexos. Embora seja possível defini-los de forma simples para efeitos didáticos, o que por si só já é uma tarefa difícil, fazer a correspondência desses conceitos com a Gestalt-terapia, ou seja, de como esses conceitos se traduzem operacionalmente na Gestalt-terapia, é uma tarefa ainda mais difícil. Entretanto, é preciso ressaltar a importância dos conceitos fenomenológicos na clínica gestáltica, a redução fenomenológica permite que não façamos interpretações acerca das experiências vivenciadas pelos clientes, "a atitude psicoterapêutica decorre do processo da redução fenomenológica pelo "aban-

dono" do sintoma como tentativa de manipulação e expressão da totalidade pela virada do processo por meio do qual a intuição ocorre na imediatez da vivência" (RIBEIRO, 1999, p. 39). Nesse sentido, o gestalt terapeuta, a partir da fenomenologia, lida com o fenômeno como ele se apresenta, com apreço pela compreensão e sentido que a pessoa atribui.

Outra base epistemológica da Gestalt-terapia é o existencialismo, sendo difícil exagerar sua importância, como evidenciado pelo próprio Perls no seu texto sobre Gestalt-terapia e potencialidades humanas:

> Gestalt-terapia é uma das forças rebeldes, humanistas e existenciais da psicologia, que procura resistir à avalanche de forças autodestrutivas, autoderrotistas, existentes entre alguns membros de nossa sociedade. Ela é "existencial" num sentido amplo (PERLS, 1977, p. 19).

O existencialismo, em sentido amplo, trata do homem concreto e singular, com sua subjetividade sendo a categoria essencial, uma vez que apenas ele mesmo tem consciência de sua singularidade (BORIS, MELO, MOREIRA, 2017). A partir dessa existência concreta e singular, a vida vai se desenrolando e convoca o homem a ser responsável pela sua própria vida, a partir da liberdade de suas escolhas. Esse binômio liberdade e responsabilidade marcam o existencialismo e sua influência na Gestalt- terapia (CARDOSO, 2013).

A liberdade existencial é dada a partir das possibilidades ofertadas no campo. A partir das circunstâncias concretas e presentes o sujeito vai desenhando sua existência a partir de decisões: "nascemos como seres de possibilidades e escolhemos a todo instante, ao longo de toda a nossa existência, aquilo que queremos ser" (CARDOSO, 2013, p. 53). Essa liberdade aponta para um certo fluxo e movimento de indeterminação. Como a cada instante novas escolhas são realizadas, novos futuros são convocados e novas realidades são instituídas; a liberdade, carregando sempre algo de diferente ou inusitado, torna o ser humano um sistema aberto e sem garantias. "Nesse sentido, o homem é liberdade, condição promotora da angústia" (CARDOSO, 2013, p. 54).

A responsabilidade, por outro lado, se mostra como a busca por escolhas autênticas que sejam significativas para o sujeito e sua existência. Sartre evidencia o caráter ontológico da responsabilidade: "a responsabilidade implica no poder do homem enquanto centro da existência. É o homem o autor da totalidade das coisas e também o autor do seu próprio ser" (DA SILVA, 2013, p. 103).

O existencialismo, visto dessa forma, se traduz na Gestalt-terapia através da atitude do terapeuta e do objetivo do processo terapêutico ao

> considerar o cliente um ser particular, consciente e responsável, livre para construir seu projeto existencial, a proposta do Gestalt-terapeuta é levá-lo a tomar conhecimento do seu projeto de vida e a assumir a responsabilidade pela direção do sentido de sua existência (CARDOSO, 2013, p. 54).

Dessa forma, o existencialismo, como uma das bases da Gestalt-terapia, contribui para o alcance da *awareness*, uma vez que é o próprio cliente que percebe seu movimento e o que pode ser feito a partir disso.

No que tange ao Humanismo, logo de saída é importante destacar a diferença entre este e as Psicologias Humanistas, com o primeiro influenciando o segundo. Buscar entender o humanismo em sentido amplo para depois destacar a psicologia como humanista é o que Adriano Furtado Holanda (2014) pretende e faz em um dos capítulos do seu livro "*Fenomenologia e Humanismo - Reflexões Necessárias"*, ao buscar compreender diversos elementos do Humanismo:

> tais como a cultura e a sociedade renascentista; as artes e literatura da época; a progressão de ideias relativas às *Humanitas* gregas [...], a apropriação de uma ideia de "subjetividade", na transição da Idade Média à Idade Moderna (HOLANDA, 2014, p. 107).

Ao se lançar nessa busca, o autor destaca como "não há propriamente uma "corrente" humanista ou uma "escola" humanista" (HOLANDA, 2014, p. 107), mas um movimento contínuo e uma ideia de humanismo com alguns elementos norteadores como: a valorização do humano e crítica a processos de reificação.

A psicologia humanista nasce a partir de uma insatisfação com a situação da psicologia contemporânea da época, acusada de cientificista, e busca "recolocar o homem no centro da psicologia, que se tornara cada vez mais fria e desumanizada" (GINGER, 1995, p. 93). O marco formal desse surgimento pode ser assinalado da seguinte maneira:

> A "psicologia humanista" nasceu, informalmente, nos anos 50, em torno de Abraham Maslow (1908-1970), Rollo May (psicanalista didático de origem vienense), Carl Rogers (1902-1987), Charlotte Buhler (1893-1973), Allport, Anthony Sutich e alguns outros, a maioria fortemente influenciada pela corrente existencialista européia — sobretudo alemã e francesa (Heidegger, Buber, Binswanger, Sartre, Merleau-Ponty, Gabriel Marcel etc.)" (GINGER, 1995, p. 93).

Apesar dessas influências, é fundamental destacar que a qualificação de humanista aponta para uma orientação e tendência e não para um conjunto fechado de pressupostos, pois cultiva um sistema aberto, "para poder adaptar-se à evolução dos valores e se nega a se fixar em qualquer doutrina precisa demais, que acabaria caindo [...] num dogmatismo escolástico, condenado rapidamente a se tornar anacrônico" (GINGER, 1995, p. 94).

De maneira geral, a perspectiva humanista é traduzida na tríade da atitude terapêutica: Aceitação incondicional (aceitar o cliente como ele é e como ele chega e ter interesse em saber disso); Confirmação/Consideração positiva (afirmar a existência singular e total, alteridade do outro e suas potencialidades); Congruência (sentimento genuíno e expresso do terapeuta).

3.2 Aspectos gerais da Teoria do *Self*

Assinaladas as bases da Gestalt-terapia e como estas compreendem o ser humano, pode-se, então, dar um passo importante para cumprir os objetivos desse trabalho: entender, a partir da Teoria do Self, os processos psicológicos envolvidos no sofrimento autolesivo. É relevante apontar aqui que, tal qual se faz a dificuldade de apreender um fenômeno, a Teoria do Self também não é algo imutável e fechada em si mesmo, podendo ser desafiador contemplar toda sua complexidade, nesse sentido

> O desafio presente na revisão e no desenvolvimento da teoria do self em Gestalt-terapia é, então, o de descrever a forma de self e suas funções por intermédio de uma caracterização teórica consistente e flexível, integrada ao funcionamento em termos propriamente fenomenológicos da prática clínica psicoterapêutica (TÁVORA, 2014, p. 55).

Entretanto, por se tratar de um fenômeno que acompanha e reage às mudanças do ser a medida que este experiencia o mundo, é que a teoria do *self* agrega a discussão sobre os sofrimentos vivenciados pela autolesão. Nesse sentido, pode-se dizer que o *self* é um horizonte possibilitador de experiências e que se rearranja a todo momento em virtude das mudanças do campo, por conseguinte

> Chamemos de "self" o sistema de contatos em qualquer momento. Como tal, o self é flexivelmente variado, porque varia com as necessidades orgânicas dominantes e os estímulos ambientais prementes; é o sistema de respostas; diminui durante o sono, quando há menos necessidade de reagir. O self é a fronteira-de-contato em funcionamento; sua atividade é formar figuras e fundos (PERLS; HEFFERLINE & GOODMAN, 1997, p. 49).

Nesse sentido, o *self* não se refere aqui a uma noção de eu individual, ele está imbricado nas relações que o homem desenvolve, a partir do contato, ele se destrói e se refaz, as novidades que chegam e que são assimiladas ou descartadas constituem o *self* e sua forma de operar. Imaginemos a nossa casa, decorada e arranjada à nossa maneira, eventualmente, aquela decoração ou disposição de móveis não vai mais coincidir com o que queremos naquele

momento e, assim, a partir do contato com esse ambiente, uma mudança ou outra é feita para que fiquemos satisfeitos, o que não quer dizer que essa nova configuração nos satisfassa completamente ou que, no futuro, precisemos alterá-la. Assim o *self* funciona, se adequando ao que temos e somos no momento, dessa forma, o

> *self* fenomenológico não precede o contato e as relações, tampouco existe fora delas. É recursivo, isto é, incorpora e é incorporado – se incorpora – nessas relações que os indivíduos mantêm: consigo próprios, com os outros e com o mundo natural e cultural (TÁVORA, 2014, p. 58).

A partir dessa noção geral de *self*, pode-se dizer que este possui três funções possíveis ou "três principais sistemas parciais — ego, id e personalidade —, que em circunstâncias específicas parecem ser o *self*" (PERLS; HEFFERLINE & GOODMAN, 1997, p. 177). De modo mais completo, pode-se definir tais estruturas da seguinte forma:

> [...] o Id é o fundo determinado que se dissolve em suas possibilidades, incluindo as excitações orgânicas e as situações passadas inacabadas que se tornam conscientes, o ambiente percebido de maneira vaga e os sentimentos incipientes que conectam o organismo e o ambiente. O Ego é a identificação progressiva com as possibilidades e a alienação destas, a limitação e a intensificação do contato em andamento, incluindo o comportamento motor, a agressão, a orientação e a manipulação. A Personalidade é a figura criada na qual o self se transforma e assimila ao organismo, unindo-a com os resultados de um crescimento anterior. Obviamente, tudo isso é somente o próprio processo de figura/fundo [...] (PERLS; HEFFERLINE & GOODMAN, 1997, p. 184).

Nesse sentido, essas três funções atuam indissociavelmente, formando uma unidade, porém, em certos momentos, a figura pode exigir mais de uma função do que de outra. Outrossim, pode-se dizer que a função Id atua como um fundo de experiências apropriadas, aspectos vivenciados e/ou possibilidades de vivência, essa função

> corresponde às dimensões de pré e pós-contato, ou seja, é função que orienta a repetição de hábitos que já foram introjetados ou assimilados de situações anteriores, dimensão de retenção das gestalten destruídas a contento e/ou das inibições (deliberadas ou reprimidas), sentimentos incipientes e situações inacabadas (GIMBO, 2021, p. 32).

A função Ego, por sua vez, é relacionada ao presente, presente este que se comporta de forma passageira, diz respeito a apreensão das possibilidades emergentes, a intensificação ou não do contato com o meio. Por fim, a função Personalidade exprime nossa identidade, é o resultado da assimilação das experiências e incorporação destas ao organismo, "é essencialmente uma réplica verbal do self;" (PERLS; HEFFERLINE & GOODMAN, 1997, p. 190),

“corresponde ao horizonte virtual de desejos e possibilidades para onde direcionamos nossas fantasias, as quais orientam, junto ou em conflito com a função id, a função ego no campo” (GIMBO, 2021, p. 32). Assim, o comportamento autolesivo é uma forma de se portar no mundo, ou seja, é a expressão da situação atual do *self* e, no caso deste trabalho, como ele foi sendo moldado de forma violenta ao longo da existência.

3.3 A (des)organização do *self* em uma situação de violência

Na Gestalt-terapia, o contato é estabelecido a partir da fronteira de contato, isto é, na fronteira entre organismo e meio. Desse modo, é nesta fronteira

> onde ocorrem os eventos psicológicos, onde se distancia o perigo, transpõem-se os obstáculos, seleciona-se e assimila-se o que se requer para satisfazer uma necessidade ou fechar uma Gestalt, sendo, por isso, a fronteira de contato reconhecida como lugar de experiência (D’ACRI, 2014, p. 29).

De tal forma, o comportamento autolesivo expressa as vivências desses eventos, como eles foram assimilados e integrados ao *self*, no que concerne a este trabalho, exprime como a introjeção violenta de modos de ser é experienciada. Dessa maneira, a autolesão é a forma que a pessoa encontra para se ajustar criativamente e se autorregular.

Diante de todas as questões que envolvem a violência de gênero já elaboradas neste trabalho, o meio se torna ameaçador, não há receptividade para vazão de sentimentos e sensações desagradáveis, sendo assim, não há outro local para essa descarga senão o próprio corpo, e, assim, num movimento descrito por Perls, Hefferline e Goodman (1997) como retroflexão, a autolesão acontece como tentativa de buscar o equilíbrio.

Por conseguinte, sendo o *self* e suas funções estágios de um mesmo fenômeno, como se organizaria, então, teoricamente, esse *self* em uma situação de autolesão catalisada pela violência gênero?

Sendo o *self* um sistema de contatos que está imbricado nas relações humanas, sua estrutura se organiza a partir do que acontece no meio, nesse sentido, quando se fala de uma situação de violência, o indivíduo é levado a se reorganizar para dar conta daquilo, especificamente, a mulher precisa encontrar uma forma de ajuste para lidar com as imposições sociais que a cerceiam e dela demandam determinado comportamento. Dessa forma, é vetada da mulher a possibilidade de viver de maneira autêntica, por isso,

> A violência, aqui, é pensada como hábito (função id) que orienta ações no presente vivo (função ego) direcionadas a um ideal de identidade (função personalidade) socialmente desejável, análoga à fantasia de identidade socialmente vencedora ou bem-sucedida (GIMBO, 2021, p. 35).

Nesse ínterim, buscando na autolesão uma forma de escoar os sentimentos inóspitos causados pela violência, tem-se um Id constituído pelas experiências traumáticas de introjetos do que é ser mulher, esse fundo de vividos é formado, então, por diversas situações em que uma vivência autêntica foi interditada, de tal modo que o Ego passa a ser guiado a partir disso. Por exemplo, uma mulher que ouviu a vida inteira que determinadas profissões não são destinadas a ela, dificilmente irá trabalhar em tais áreas, sendo assim, o fundo de vividos dessa mulher (escutar por muito tempo que não poderia ter tal profissão) orienta o que será feito no presente (buscar profissões que se adequam ao discurso social). Nesse sentido, a função Id da mulher, ao longo das experiências vividas no meio, vai sendo constituída por normas e hábitos forçados pela cultura, a noção de quem se é e do que já se viveu, os dados que compõem o fundo de vividos, perpassam pela ideia do que ser mulher representa.

Sendo assim, ao longo de décadas, como discutido no capítulo 1, foram e são construídos padrões e normas do que seria ideal em uma mulher, passados de geração em geração, vetando, assim, a possibilidade de uma construção de experiências autênticas que um dia farão parte do Id. Pode-se dizer que as mulheres compartilham uma espécie de Id coletivo, muitas de suas ações orientadas no presente (função Ego), derivam das violências presenciadas e vividas que compõem o fundo de vividos, por exemplo, o receio de utilizar o transporte público e ser assediada, visto que é uma situação recorrente e que ocupa os meios de notícia frequentemente[2]. De tal modo, a função Id da mulher é embebedada pelo *modus operandi* da história e da cultura, que conseguiu colocar essa mulher como objeto moldável, que a construiu e forçou nela características das quais ela não se identifica, mas, ainda assim, se vê obrigada a performar.

Por conseguinte, a manipulação do presente transiente, a função Ego, atua de acordo com os dados que o ambiente fornece, sendo assim, a mulher vivencia conflitos por ter que se encaixar naquilo que é esperado pela sociedade, seus desejos, sonhos e possibilidades são negados e, em muitos casos, a mulher se culpa por essa situação, de tal forma que o Ego passa a atuar de forma confusa,

[2] Uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva e pelo Instituto Patrícia Galvão em 2019, apontou que 71% das entrevistadas afirmaram ter sofrido algum tipo de assédio no transporte público.

> [...] não por faltarem afetos que emergem como excitamentos da função id, ou por não encontrá-los e compreendê-los, como acontece nas psicoses, mas por estes não estarem alinhados à fantasia identitária de sucesso que se desenha no horizonte de protensões (GIMBO, 2021, p. 34).

Dessa forma, o Ego irá atuar inibindo ou reajustando os desejos identitários da mulher para que as regras e normas pré-estabelicidas sejam atendidas e, consequentemente, para que seu comportamento atenda as demandas do meio. É válido relembrar que, nesse caso, a demanda do meio passa pela violência do apagamento de quem se é em virtude da assimilação de ideais criados e perpetuados em uma sociedade machista e opressora.

Por consequinte, a função Personalidade, aquilo que é identificado e assimilado, é perpassada pelas diversas situações de experiência vivenciadas, a forma como essa mulher se apresenta ao mundo deriva de um hábito social que ela não necessariamente teve a oportunidade de questionar e avaliar. Sendo assim, a mulher passa a performar certas características identitárias que não correspondem necessariamente a quem ela é, a função Personalidade, ou seja, as suas identificações sociais, partem de moldes há muito estabelecidos. Por exemplo, é possível encontrar já nas escrituras bíblicas uma série de trechos normatizando o comportamento da mulher e como este deve ser sempre em prol do outro, geralmente do marido e dos filhos. Nesse trecho é possível obsevar isso:

> [1] Do mesmo modo, mulheres, sujeitem-se a seus maridos, a fim de que, se alguns deles não obedecem à palavra, sejam ganhos sem palavras, pelo procedimento de sua mulher,
> [2] observando a conduta honesta e respeitosa de vocês (BÍBLIA, 2001, p. 1302).

Aqui a mulher não deve somente se subjugar ao marido como deve ser responsável pela conduta do homem, a partir do seu exemplo. Nesse sentido, há séculos a mulher já é cerceada por quais características ela deve se identificar, quais hábitos estabelecer, o que fazer para se encaixar, ou seja, a função Personalidade também é impedida de operar de forma autêntica pois os elementos sociais disponíveis para a identificação também são construídos e forçados. Por exemplo, mulheres mais velhas e solteiras geralmente são mal vistas pela sociedade, em virtude disso, essas mulheres sofrem preconceito pois esse aspecto de sua identidade não é bem vindo na sociedade há muito tempo[3]. Nesse sentido, a partir do que é disponibilizado no

[3]É possível notar isso em uma entrevista feita com mulheres mais velhas e solteiras, em que uma das entrevistadas relata: "…as pessoas achavam, que, aquela mulher não bate bem, ou porque ninguém está para a aturar ou porque é feia ou porque é burra (…) nem sequer colocavam a hipótese que era por vontade própria…" (ROLA, 2021, p. 32)

campo como objeto ideal de identificação, a mulher passa a performar modos de existir e de se constituir que não se encaixam no seu modo real de ser.

Daí, pode-se observar que o *self* não consegue se expressar de maneira genuína e precisa estar sempre se atualizando em prol das introjeções do meio, causando, assim, sofrimento e escoamento dos meios de mudança. Assim, a partir de uma visão do funcionamento do *self* em situações de violência de gênero, pode-se pensar na autolesão como expressão de um *self* cujo fundo de vividos contém normas e hábitos violentamente introjetados (Id), as experiências atuais se tornam conflituosas e causam aflição (Ego) em vista de corresponder a um ideal identitário criado e perpetuado (Personalidade). De tal modo, o ambiente é visto como ameaçador e incapaz de receber os sentimentos inóspitos causados por múltiplas violências sendo, então, a autolesão uma forma de escoar tais sentimentos. Nesse sentido, a autolesão aqui é um reflexo de uma situação de *misery*, que será explorada no próximo capítulo.

4 AUTOLESÃO COMO REFLEXO DE UMA SITUAÇÃO DE *MISERY*

Tendo em vista as discussões feitas acima acerca da violência de gênero e do funcionamento do *self* em uma situação de violência, neste capítulo o objetivo é demonstrar como a autolesão em mulheres, por ser decorrente de vivências violentas, produzidas culturalmente, provoca a perda da identidade social. Além disso, tem-se como um dos focos abordar porque a autolesão em mulheres é decorrente de uma situação de *misery* e não de retroflexão, visto que, o comportamento autodestrutivo em mulheres, neste trabalho, decorre a partir do distúrbio do self espontâneo.

Como visto, o campo assume inenarrável relevância para o ser, é nele que, a partir do contato, o indivíduo se constitui, se atualiza e se refaz. Entretanto, nem sempre as experiências fornecidas pelo campo são agradáveis, e, em situações de violência, especificamente de violência estrutural, como a tratada neste trabalho, os efeitos são graves e afetam a existência de forma profunda. Nesse sentido, um dos primeiros dados observados e que levaram a construção deste trabalho foi o seguinte: de acordo com um Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, emitido em 2021, levando em conta a distribuição das lesões autoprovocadas segundo características sociodemográficas, 71,3% dessas lesões advém do público feminino, sendo 46,3% correspondentes à faixa etária de 20 a 39 anos. A grandeza desse dado revelou a urgência de uma situação que precisa ser olhada com mais cuidado e atenção e, para além, a urgência de compreender o que está por trás disso.

4.1 *Misery*: O sofrimento de quem não pode existir

Dessa forma, a hipótese deste trabalho segue a linha de que, as múltiplas violências sofridas pela mulher de forma histórica e cultural produzem um sujeito em situação de *misery*, que, por conseguinte, encontra na autolesão uma forma de externar para o meio esse sofrimento. Por sua vez, *misery*, aflição ou distúrbio do *self* espontâneo são situações em que a função Personalidade é interditada a partir dos introjetos sociais e culturais, desse modo, o sistema exerce poder sobre o corpo do indivíduo e sua identidade é expressa de forma inautêntica, como visto no capítulo 1 deste trabalho. Sendo assim, é relevante abordar aqui os distúrbios das funções do *self* para que seja possível compreender porque a autolesão em mulheres se expressa a partir de uma situação de *misery* e não de retroflexão, logo

> Como distúrbio da função de *self*, a neurose encontra-se a meio caminho entre o distúrbio do self espontâneo, que é a aflição, e o distúrbio das funções de id, que é a psicose (PERLS, HEFFERLINE & GOODMAN, 1997, p. 235).

Nesse sentido, a neurose é a interrupção das funções do Ego de modo que o comportamento persistente do indivíduo não é justificado por nenhuma situação e as excitações que ocorreriam de modo espontâneo passam a ser evitadas, por exemplo, uma pessoa no ônibus sentada ao lado da janela aberta, sentindo muito frio, não a fecha por receio da reação dos outros passageiros, sendo assim, não há

> Nenhuma descarga total, nenhuma satisfação final; perturbado por necessidades insatisfeitas e mantendo de forma inconsciente um domínio inflexível de si próprio, o neurótico não pode se tornar absorto em seus interesses expansivos, nem levá-los a cabo com êxito, mas sua própria personalidade se agiganta na awareness: desconcertado, alternadamente ressentido e culpado, fútil e inferior, impudente e acanhado etc (PERLS, HEFFERLINE & GOODMAN, 1997, p. 235).

Por outro lado, a psicose é um distúrbio da função Id em que, diante de situações conflituosas, o Id ou atua de forma excessiva ou não atua, fazendo com que as experiências concretas do sujeito sejam anuladas, logo, "na medida em que há qualquer integração, o self preenche a experiência: ou está degradado por completo ou incomensuravelmente grandioso, o objeto de uma conspiração total etc. A fisiologia primária começa a ser afetada" (PERLS, HEFFERLINE & GOODMAN, 1997, p. 235).

De outro modo, a aflição ou *misery* é o distúrbio do *self* espontâneo, aqui a função Personalidade é afetada. Trata-se, então, da miserabilidade da existência, o sujeito está vivendo de forma espontânea no campo e algo, fora do controle da pessoa, interfere, fazendo com que a identificação social seja tolhida. Nesse sentido, essa perda da identidade pode ocorrer de várias maneiras: a partir de desastres naturais, onde a pessoa perde vários elementos de identificação; por meio da morte de entes queridos em que o lugar ocupado em relação a pessoa falecida não existe mais; a partir de violências nas quais a pessoa é interditada por outrem cujo objetivo é ter poder sob sua existência como no racismo e nas violências de gênero.

Tendo em vista que as mulheres vivenciam experiências violentas de forma estrutural, seria pertinente olhar para situações de autolesão como reflexos do sofrimento existencial cujas vivências autênticas são interditadas. Logo, tratar a autolesão, nesses casos, como retroflexão nos levaria para um caso de neurose, de fato, a autolesão é retroflexiva pois

> Ao deparar com a iminência do contato, aparece o medo de destruir o meio ou de ser destruído por ele. A única possibilidade para lidar com a ansiedade é contê-la. Porém, como já existe o engajamento com a situação em curso, ainda é possível uma "saída" para evitar que ocorra o contato: voltar essa energia para si e, visivelmente, para o próprio corpo (SCHILLINGS, p. 179, 2014).

Porém, a autolesão em mulheres assume uma outra conotação: não é que o sujeito queira evitar o contato e sim que esse contato é inviabilizado por situações de violência que atinge uma pessoa apenas por ser quem se é. Sendo, então, a retroflexão uma estratégia neurótica, é importante diferenciar que, os processos autolesivos em mulheres que experienciam violências, nesse caso, uma violência estrutural, não advém de uma neurotização e sim de uma situação de aflição em que, por ser mulher, muitas experiências do campo lhe são negadas.

É nesse sentido, então, que a mulher vai sofrendo perdas identitárias, ou seja, os elementos disponíveis na cultura e na sociedade são criados e introjetados para que ela preencha um ideal do que é ser mulher, de tal forma que, a identificação autêntica fica comprometida. Nesse sentido, ao se apresentar e se identificar como mãe, por exemplo, ela carrega toda uma construção social do que é tido como ideal para ser mãe: quando ser mãe, como criar seu filho, como se portar enquanto mãe, entre outros. Ademais, ainda há a obrigatoriedade de que toda mulher precisa ser mãe e, em muitos casos, não há esse desejo, o que gera uma repreensão vinda da cultura e da sociedade programa paras as mulheres.

Sendo assim, há ainda não somente as situações de violências vivenciadas como a iminência de repetição dessas situações, o fundo de vividos, no caso o Id, está constituído com esses dados de experiências já vividas, e, por sua vez, entende que, em uma situação de violência, sua existência fica ameaçada. Nesse sentido

> a função ego das vítimas é interditada, submetida ao poder de outrem, restando poucas possibilidades (ou nenhuma, nos casos de feminicídio) de escolha livre de ação. Suas identidades são reduzidas à violência que sofreram: a mulher estuprada, a mulher ameaçada pelo companheiro, a mulher vítima de violência (GIMBO, 2023, p. 44).

Por conseguinte, a mulher não só é impedida de experienciar suas possibilidades de forma genuína como seu poder de lutar e reagir também é coibido, de modo que, tende-se a descredibilizar o sofrimento da vítima ou culpá-la por tal. Dessa forma, além de já sofrer

violências por ser mulher, uma vitimização primária, ainda é possível falar de uma vitimização secundária em que estratégias são utilizadas para que a pessoa seja desacreditada,

> São exemplos dessas estratégias a negação das vítimas ou situações em que há evitação de proximidade ou contato com elas; outro mecanismo consiste da desvalorização das vítimas, quando estas, por seu caráter ou posição social são consideradas moralmente responsáveis por seu sofrimento; por fim, temos as estratégias de culpabilização das vítimas, quando seu comportamento e seus atos são utilizadas como justificativas para afirmar que elas mereceram o que lhe aconteceu (GIMBO, 2023, p. 38).

Casos assim são muito comuns e, em muitas vezes, partem de instituições que deveriam que deveriam fornecer apoio e justiça para as vítimas. Em 2022, o G1 noticiou um caso chocante tanto pela brutalidade do crime quanto pela abordagem feita pela justiça: uma mulher foi golpeada 78 vezes com uma faca pelo ex-namorado que invadiu sua casa e a torturou por cerca de duas horas. A vítima, sobrevivente de uma tentativa de feminício, teve que lidar, no julgamento de seu caso, com falas da defesa que buscavam justificar o ato brutal cometido pelo seu agressor trazendo conversar da vítima com um homem, no momento em que ela já não tinha mais relacionamento com o réu, dizendo que ela o havia traído e que isso justificaria o ato. Ademais, na decisão sobre lesão corporal, o juiz escreveu que o crime poderia ter sido evitado pela vítima (CASEMIRO, P; G1, 2022)[4].

Essa culpabilização da vítima também está interligada ao fato de que a sociedade dominante não quer perder seu *status quo* e tampouco o controle sobre os corpos das mulheres, afinal, dentro do capitalismo existem os corpos que podem ser livres e os corpos que devem ser controlados tais quais um objeto. Esse controle do corpo feminino é feito, então, a partir das violências que geram medos e traumas e, em muitos casos, custam a vida.

Cada tipo de violência age de uma forma sobre o *self* da mulher e gera uma situação de *misery*. Na violência física, o ego sofre com a incapacidade de reagir àquela situação, em vista da periculosidade da situação, a função personalidade também é afetada uma vez que a vítima percebe o quão vulnerável está e o quanto não consegue se defender, afetando, então, a percepção de si mesma; na violência sexual também há o comprometimento da função ego e, para além, a vítima se sente humilhada, constrangida e assustada, o que também reflete diretamente em sua identidade; na violência psicológica, a função Id é comprometida pois a mulher, muitas vezes, sequer percebe ou entende aquilo como violência por falta de dados relacionados, nesse sentido, o agressor transporta para a vítima a culpa pelas situações, faz

[4] https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/03/08/de-vitimas-de-violencia-a-advogadas-casos-de-machismo-ainda-sao-barreira-no-judiciario.ghtml

com que ela pareça estar desconexa com a realidade,e, por consequência, essa mulher começa a duvidar de si mesmo e de sua identidade (GIMBO, 2023).

É dessa forma, então, que os casos de automutilação em mulheres, cujo simples fato de ser mulher já é pressuposto para estar vulnerável às violências do meio, podem configurar como reflexos de uma situação de *misery*. A mulher, então, inserida no campo, vivendo de forma autêntica, explorando suas possiblidades, sofre uma interdição cuja capacidade de controle e manejo é estrutural. Como esse meio se apresenta de forma agressiva e inóspita em relação à sua existência, seus sentimentos de raiva, tristeza, culpa, entre outros, não encontram espaço de vazão e, por conseguinte, na autolesão a mulher encontra uma forma de externá-los e aliviar a tensão.

De fato, por mais que autolesão em mulheres seja um problema secular, as produções relacionadas a autolesão são voltadas majoritariamente para o público adolescente, uma vez que há uma grande incidência de casos nessa etapa do desenvolvimento. Entretanto, há alguns estudos, ainda que poucos, na área de autolesão feminina que visam compreender os aspectos por trás desse fenômeno.

Em um estudo feito em 2022, pela Universidade Estadual do Ceará, foram coletados 05 relatos de experiência de mulheres jovens que se autolesionavam e buscaram ajuda em serviços de saúde. Em todos eles há a presença de vivências violentas relacionadas a gênero:

> **Breve relato de experiência de vida da entrevistada 01**
> Enfermeira, 24 anos, solteira e sem filhos.
> [...] Sofreu tentativas de abuso sexual aos cinco anos e 19 anos de idade, provocadas por pessoas nas quais confiava (tio consanguíneo e líder religioso que a auxiliava durante crises de depressão e autocortes).
> [...] Exageradamente rígida consigo não se permite errar no trabalho nem fora dele. Quando falha, sofre intensamente. E, algumas vezes, se corta. (CRONEMBERGER; DA SILVA, 2022, p. 46)
>
> **Breve relato de experiência de vida da entrevistada 02**
> Estudante do ensino médio, tem 16 anos de idade, solteira e sem filhos.
> [...] Na casa da avó, entre a infância e a pré-adolescência, foi surpreendida, enquanto dormia, com carícias na genitália. Mesmo com força de criança, e porque o tio estava embriagado, conseguiu escapar da consumação do abuso.
> [...]Completou seus 16 anos de idade e 60 dias consecutivos sem qualquer episódio de autolesão no CAPS, onde fazia tratamento com antidepressivos e suporte multidisciplinar.
> [...] Manteve-se sem recaídas até alguns meses, quando, inadvertidamente, encontrou o tio de férias na casa da avó (CRONEMBERGER; DA SILVA, 2022, p. 47).
>
> **Breve relato de experiência de vida da entrevistada 03**
> Possui 15 anos e estuda no segundo ano do ensino médio. É solteira e não tem filhos.
> [...]estando em casa presencia as agressões de um irmão com dependência química dirigidas a uma irmã. Lá, também, assume quase todos os cuidados domésticos, de negociação de dívidas que a família possui em farmácias e mercados, e de saúde do pai que perdeu um dos membros inferiores em acidente.

> [...] Conquanto toda sua família tenha conhecimento do fato de que a adolescente se lesiona, foi levada a um serviço de saúde mental pela mãe do namorado, quando se sentiu bem por ser escutada (CRONEMBERGER; DA SILVA, 2022, p. 49).

> **Breve relato de experiência de vida da entrevistada 04**
> Adolescente com 16 anos de idade, estudante do ensino meio, solteira e sem filhos. Trocou de cidade e depois de escolas num mesmo município a fim de minimizar os atos de bullying sofridos por ter uma voz hiper nasal.
> [...]Filha de mãe evangélica, não aceita a doutrina religiosa quem segue e que considera rigorosa. Nunca conversou sobre o seu descontentamento com a mãe, para não a desapontar. Tem vontade de frequentar outra igreja para poder sair com as amigas e frequentar festas.
> [...] Diz ter uma prima que também se machuca deliberadamente e lhe envia fotos dos braços cortados. A prima começou a se lesionar primeiro e a lhe ensinar como fazer.
> Chegou a se cortar durante uma aula.
> A menor faz tratamento psicológico de modo continuado junto ao NASF da área de referência do seu domicilio. Foi encaminhada ao CAPS II por psicóloga do NASF, para tratamento multiprofissional e medicamentoso, há cerca de um ano (CRONEMBERGER; DA SILVA, 2022, p. 49).

> **Breve relato de experiência de vida da entrevistada 05**
> Com 14 anos de idade, é estudante do ensino médio.
> [...] Cortou-se pela primeira vez por volta dos 11 anos, após ter ouvido que a prática ajudava a aliviar a angústia.
> [...] Não se lembra o motivo que a levou a se cortar pela primeira vez. Lembra-se de que se sentia, nas suas palavras, “um lixo”. Não se achava bem consigo.
> [...] Atualmente, sente-se feliz. Pretende ir ao psicólogo para desabafar e averiguar riscos de recaídas de autocorte (CRONEMBERGER; DA SILVA, 2022, p. 50).

Nesses relatos, pode-se observar, então, que todas as entrevistadas passaram ou passam por situações de violência. Nos dois primeiros relatos, é explícita a presença da violência sexual, ambas por figuras próximas e em tenra idade, no relato 02 é mencionado o retorno dos comportamentos autolesivos após a vítima encontrar inadvertidamente seu agressor. No relato 03, pode-se notar a sobrecarga da responsabilidade do cuidado, atribuído a mulher desde jovem. Nos relatos 04 e 05, são evidenciados problemas de autoestima e um ponto alarmante é a presença de outras pessoas, geralmente amigas, que também se autolesionam. Outro fato se refere a idade das entrevistadas, todas jovens e experienciando, desde cedo, as faces da violência que as levam a performar introjetos e lidar com traumas. Além disso, as 05 entrevistadas sofriam com a ausência paterna, retomando, então, a ideia de que o cuidado e a responsabilidade paterna recaem sobre as mulheres.

Em um outro estudo sobre a legislação que rege o enfrentamento da autolesão no sistema de saúde do Brasil, foi observado que

> as mulheres diante de questões sociais caracterizam o público com maior incidência em casos de autolesão, externalizando impactos dos papéis distintos estabelecidos socialmente para homens e mulheres, por meio de posturas que as segregam, susci-

> tando invisibilidade social e política e com isso, vulnerabilidade à violência, inclusive à autolesão. Além disso, o mal estar subjetivo inclui o cerceamento das oportunidades femininas cuja figura por vezes é percebida de forma restrita em sua vinculação à fragilidade, à maternidade e ao exercício de atividades domésticas (MARTINS, D; SOUZA, E; 2022, p. 30910).

Nesse caso, é possível constatar de forma explícita a situação de *misery* em que as mulheres se encontram, e não só isso, como também a constatação de que a autolesão é um reflexo dessa miserabilidade existencial.

De todo modo, é evidente que a questão da autolesão em mulheres precisa ser mais debatida e pesquisada, no ensejo de cumprir os objetivos deste trabalho, foram pesquisadas produções que versavam sobre essa temática, porém poucas foram encontradas. Para além, é necessário compreender os motivos por trás da conduta autolesiva em mulheres e tratar isso de forma coletiva, uma vez que isso não é um problema isolado e individual. No que tange ao manejo psicológico, especificamente clínico, é imprescindível que o profissional tenha consciência e conhecimento acerca da violência de gênero e entenda que, em uma situação de *misery*, os recursos da vítima são poucos além do autossuporte fragilizado. Sendo assim, em um contexto psicoterápico

> A relação terapêutica em si já pode ter efeitos curativos, na medida em que ajuda a organizar e restituir a credibilidade e a confiança da vítima em si mesma. Facilitar que a vítima reencontre, construa, crie elementos identitários em substituição aos aspectos destituídos pela violência também pode ser de grande valia (GIMBO, 2023, p. 47).

Em tempo, é necessário também que os alicerces que sustentam a produção da situação de *misery* vivenciada pelas mulheres sejam aniquilados, uma vez que, estes atuam de forma violenta, retirando do indivíduo suas potencialidades e sua oportunidade de explorar e vivenciar os elementos do campo de forma legítima e prazerosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em busca de finalizar este trabalho, é importante salientar que será apenas uma pausa, ainda há muito o que lutar e fazer a respeito deste tema. Tratar da violência que anula, segrega, interdita e mata não é tarefa fácil, porém é somente buscando conhecer e entender que se pode agir. Em urgência, as estruturas culturais e sociais que fomentam tais violências precisam ser abolidas, de fato, parece ser mais uma utopia do que uma realidade, mas é possível que se dê primeiros passos,

> Precisamos identificar o mundo das políticas antagônicas e das relações de poder pelas quais nosso corpo é constituído e repensar as lutas travadas em oposição à "norma" se quisermos elaborar estratégias de mudança (FREDERICI, p. 20, 2023).

Nesse sentido, um dos primeiros passos corre em direção à destituição de um ideal de mulher pois é a partir do estabelecimento e propagação deste que o sofrimento e a violência são fomentados. No que tange especificamente ao tema deste trabalho, a andança vai em direção a mais estudos e debates já que as produções vigentes são escassas, o que não diminui sua importância e relevância.

De todo modo, as violências de gênero são diárias e a todo momento em algum lugar do mundo uma mulher é interditada por ser quem se é. A partir da falta de recepção e acolhimento do campo, a autolesão aparece como forma de aliviar a dor causada por algo tão enraizado e imbricado na sociedade e na cultura. Sendo assim, diante de um *self* fragilizado, a importância do heterossuporte se faz imprescindível para o fortalecimento do autossuporte, logo, uma rede de apoio presente e ativa é essencial para a manutenção da saúde da mulher: a presença e o suporte da família e de amigos, acesso a psicoterapia, grupos terapêuticos e locais de acolhimento. A nível macro é relevante citar que as mulheres que sofrem violências precisam encontrar um sistema justo, que garanta seus direitos e a defenda em vez de colocá-la como culpada, para mais, se faz valoroso a ampliação de políticas públicas e do acesso a estas, uma vez que não se trata de um problema individual e sim coletivo.

Ainda, é possível pensar em mais um passo de mudança: o cuidado e atenção na reprodução de estereótipos e ideias prontas do que vem a ser mulher, além disso,

> Para as mulheres resolverem a questão do sujeito individual em termos materialistas, elas precisam primeiro mostrar, como as lésbicas e as feministas fizeram, que problemas supostamente "subjetivos","individuais" e "privados" são de fato problemas sociais, problemas de classe; que a sexualidade não é para as mulheres uma expressão individual e subjetiva, mas uma instituição social de violência (WITTIG, p. 92, 2019).

Por fim, é preciso que o pacto social masculino seja desfeito, que essa aliança em prol do controle do corpo e do ser da mulher seja derrubada, as mulheres não podem mais existir sob os moldes de outros pois, como consequência, tem-se sujeitos adoecidss, culpados, marginalizados e sem perspectiva de futuro. É dessa forma, então, que a Psicologia precisa se posicionar, sair das quatro paredes do consultório e lançar o olhar para problemas e questões sociais que fazem com que o outro não possa existir.

6 REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. O Segundo Sexo: A Experiência Vivida. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BICUDO, M. Sobre a fenomenologia. *In*: BICUDO, M; ESPOSITO, V. (org.). Pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico. São Paulo: Unimep, 1994.

BÍBLIA, N. T. Pedro. *In*: Bíblia Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. L.C.C. - Publicações Eletrônicas: 2001. Disponível em: http://www.camaramarilandia.es.gov.br/Arquivo/Documents/PAG/bibliasagrada.pdf.

BORIS, G; MELO, A; MOREIRA, V. Influência da fenomenologia e do existencialismo na Gestalt-terapia. Estudos de Psicologia. Dez. 2017.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. Boletim Epidemiológico, Brasília, v. 52, n. 33, Set., 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Cartilha para Prevenção da Automutilação e do Suicídio: orientações para educadores e profissionais da saúde. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_prevencao_automutilacao_suicidio_orientacoes_educadores_profissionais_saude.pdf.

CARDOSO, C. A face existencial da Gestalt-terapia. *In*: FRAZÃO, L; FUKUMITSU, K. Gestalt-terapia: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas. São Paulo: Summus, 2013.

CASEMIRO, P. De vítimas de violência a advogadas: casos de machismo ainda são barreira no judiciário. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2022/03/08/de-vitimas-de-violencia-a-advogadas-casos-de-machismo-ainda-sao-barreira-no-judiciario.ghtml>.

CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CRONEMBERGER, G; DA SILVA, R. O corte da própria carne: histórias de mulheres que cometem autolesão não suicidaria. Fortaleza: EdUECE, 2022.

D'ACRI, G. Contato: funções, fases e ciclo do contato. *In*: FRAZÃO, L; FUKUMITSU, K. Gestalt-terapia: conceitos fundamentais. São Paulo: Summus, 2014.

DA SILVA, A. A concepção de liberdade em Sartre. 2013.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRAZÃO, L; FUKUMITSU, K. Quadros clínicos disfuncionais e Gestalt-terapia. Vol. 5. São Paulo: Summus Editorial, 2017.

FREDERICI, S. Além da pele: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo. Trad. De Jamille Pinheiro Dias, São Paulo: Elefante, 2023.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

FONTANIVE, S. Número de cirurgias plásticas cresce a cada ano e suscita debates sobre a autoimagem na sociedade de consumo. Jornal da Universidade, Rio Grande do Sul, 9 fev. 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/numero-de-cirurgias-plasticas-cresce-a-cada-ano-e-suscita-debates-sobre-a-autoimagem-na-sociedade-de-consumo/>.

FRIEDAN, B. Mística feminina. Petrópolis: Vozes, 1971.

FLORESTA, N. Conselhos à minha filha. [recurso eletrônico] Rio de Janeiro: Galuba, 2023. ISBN: 978-65-84978-09-6 (e-book).

GIMBO, L. A violência como hábito: leitura de um fenômeno social a partir da teoria do *self*. *In*: NASCIMENTO, L; VALE, K. (org.). Processos em Gestalt-terapia: casos clínicos, ensaios teóricos. Paraná: Atena, 2021.

GIMBO, L. Violência contra as mulheres: vitimização secundária e acolhimento a partir da Gestalt-terapia. *In*: FRAZÃO, L; FUKUMITSU, K. Diversidade, violência, sofrimento e inclusão em Gestalt-terapia. Summus, 2023.

GINGER & GINGER. Gestalt: uma terapia do contato. Summus Editorial, 1995.

GUEDES, O; DAROS, M. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n.1, p. 122-134, Jul/Dez. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/scordeiro,+Gerente+da+revista,+6)+V12+n1+Olegna-ok%20(1).pdf>.

HOLANDA, A. Fenomenologia e humanismo: reflexões necessárias. Curitiba: juruá, 2014.

MARIANO, S; DIAS, D; OLIVEIRA, A. Monitor de Feminicídios no Brasil. LESFEM. Londrina, 2023. Disponível em: <https://issuu.com/lesfemuel/docs/boletim_dezembro_final?utm_medium=referral&utm_source=sites.uel.br>.

MARTINS, D; SOUZA, E. As políticas públicas de saúde no Brasil e o enfrentamento à autolesão e à violência contra as mulheres. Brazilian Journal of Development. Curitiba, v.8, n.4, p. 30902-30915, abr. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/47081>.

PERLS, F; Gestalt – terapia e potencialidades humanas. *In*: STEVENS, J. (org.). Isto é Gestalt. São Paulo: Summus, 1977.

PERLS, F; HEFFERLINE, R. & GOODMAN, P. Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 1997.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher?. In ALGRANTI, L. (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos didáticos. Campinas, IFCH, 2002.

REHFELD, A. Fenomenologia e Gestalt-terapia. *In*: FUKUMITSU, K; FRAZÃO, L. Gestalt-terapia: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas. São Paulo: Summus, 2013.

RIBEIRO, J. Gestalt-terapia de curta duração. São Paulo: Summus Editorial, 1999.

RIBEIRO, J. Vade-mécum de Gestalt-terapia. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

ROLA, M. "Solteiras, mas não solteironas..." Perceções, significações e vivências de mulheres solteiras mais velhas. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto. Portugal, p. 76. 2020.

ROUSSEAU, J. Emílio, ou, da educação; Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99

Segurança das mulheres no transporte. Instituto Patrícia Galvão: dados e fontes. 2019. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/seguranca-das-mulheres-no-transporte-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2019/>.

SCHILLINGS, A. Concepção de neurose em Gestalt-terapia. *In*: FRAZÃO, L; FUKUMITSU, K. (org.). Gestalt-terapia: conceitos fundamentais. 1 ed. São Paulo: Summus, 2014.

STRASSER, S. The idea of a dialogal phenomenology. Tijdschrift Voor Filosofie, v. 34, n. 1, 1972.

TÁVORA, C. Self e suas funções. In: FRAZÃO, L; FUKUMITSU, K. (org.). Gestalt-terapia: conceitos fundamentais. 1 ed. São Paulo: Summus, 2014.

VIEIRA, E. A medicalização do corpo feminino. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2002.

WITTIG, M. Não se nasce mulher. *In:* HOLLANDA, H. (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. cap. 3, p. 83-92.

WOLF, N. O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.